

## Como conseguir um emprego? Dilemas encontrados pela população LGBTQI+

*How to get a job? Dilemmas encountered by the LGBTQI+ population*

**Recebido:** 10/03/0021 | **Revisado:** 16/08/2021 | **Aceito:** 06/10/2021 | **Publicado:** 21/12/2021

**Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5493-5376>  
Universidade Federal de Santa Maria -  
E-mail: paulo\_juniorpio@hotmail.com

**Como citar:** SOUSA JUNIOR, P. T. X.;  
Como conseguir um emprego? Dilemas  
encontrados pela população LGBTQI+.  
**Revista Brasileira da Educação  
Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n.  
21, p. e12137, dez. 2021. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### Resumo

O trabalho busca analisar as dificuldades e percalços enfrentados pela população LGBTQI+ em busca de oportunidades de emprego, por meio de uma revisão de literatura. A fundamentação teórica adotada visou utilizar autores que trabalham com a questão de gênero como Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e Berenice Bento. O estudo é de caráter narrativo, do tipo compreensivo. Para isso, o lócus da investigação incluiu a busca nas seguintes bibliotecas virtuais: Google Acadêmico, Scielo, PePSIC e BVS Brasil. Os resultados parciais apontam para duas realidades distintas encaradas no contexto brasileiro. Se faz necessário, portanto, pensar para além dessas realidades, compreendendo fatores que influenciam este fenômeno.

**Palavras-chave:** LGBTQI+; Empregabilidade; Exclusão; Políticas Públicas.

### Abstract

This paper seeks to analyze the difficulties and mishaps faced by the LGBTQI+ population in their search for job opportunities, through a literature review. The adopted theoretical foundation aimed to use authors who work with the gender issue, such as Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado, and Berenice Bento. The study has a narrative, comprehensive nature. To this end, the locus of the investigation included a search in the following virtual libraries: Google Acadêmico, Scielo, PePSIC, and BVS Brasil. The partial results point to two different realities faced in the Brazilian context. Therefore, it is necessary to think beyond these realities, understanding factors that influence this phenomenon.

**Keywords:** LGBTQI+; Employability; Exclusion; Public Policy.

## 1 INTRODUÇÃO

Analisando por meio de um recorte temporal, a comunidade LGBTQI+ (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queers, Intersexo) sempre sofreram algum tipo de discriminação e preconceito, ligada muitas vezes a forma como esses sujeitos vivenciam a sua sexualidade. Este cenário é justificado uma vez que Foucault (2014) relata interferências do senso de moral e dos ditos bons costumes para a proibição das experiências de afeto e reconhecimento de si próprio. Atrelados também a um caráter religioso, até os dias atuais é possível encontrar exemplos que retratam esta triste realidade.

Por meio do contexto brasileiro é possível encontrar números as quais não suaviza a faceta humana, revelando o assustador e cruel preconceito. Somente em 2019 aproximadamente foram mortos 397 pessoas do movimento LGBTQI+. De modo a descrever melhor esta realidade, deste total 52,8% são gays, 35,8% travestis e transexuais, 9,7% lésbicas e 1,5% bissexuais (BRASIL, 2019). Essa porcentagem representa anos de exclusão e violência, acirrada por inúmeros valores e ideais deturpados. A partir daí, a comunidade passou por um longo caminhar histórico para a afirmação e materialização dos direitos, as quais são garantidos perante a Constituição Federal (CF) (FRANÇA; SILVA, 2018).

Os movimentos então passaram a se articular de modo a mobilizar ações estratégicas no âmbito jurídico onde Ó Catão et al., (2018), ressaltam que apesar das conquistas no Brasil como a criação de leis e afins, os sujeitos LGBTQI+ ainda possuem fragilidades em outros direitos, como no setor da educação e saúde. Essas falhas condizem com o processo histórico excludente, a qual inviabiliza muitos projetos e efetivações de políticas públicas.

As violências e demais ações escancaram as vulnerabilidades dessa comunidade, onde a grande maioria se encontra a margem da sociedade. Apesar da seguridade por lei do papel do Estado diante dessa situação, pouco se encontra efetividade dessas ações. Portanto, esses indivíduos acabam por padecer de uma série de adversidades as quais colocam em risco não apenas sua existência enquanto LGBTQI+, mas a sua própria sobrevivência (PRADO; SOUSA, 2017).

Ainda se faz necessário recordar de um ponto que agrava essa situação. Almeida (2019) narra sobre o conservadorismo presente nas ações do atual governo federal brasileiro. Desde o período eleitoral, Bolsonaro confirma no dia-a-dia do seu mandato a política genocida e violenta para o público LGBTQI+. O fenômeno é acompanhado por meio de falas em entrevistas, retirada projetos de lei, exclusão de pastas executivas e políticas públicas. Seus aliados e demais pessoas que exercem cargo em seu governo apresentam ideias e posicionamentos agressores e preconceituosos, baseados em um moralismo e em uma concepção religiosa.

O que antes já se tornou difícil, atualmente tornou-se impossível. Não é a toa que Rezende (2020) informa sobre a dificuldade dessa camada populacional em estar inserida no mercado de trabalho e até mesmo em buscar alternativas de empreendedorismo. Pensando nisso, surge a concepção deste trabalho. O objetivo do mesmo consiste em analisar as dificuldades e percalços enfrentados pela população LGBTQI+ em busca de oportunidades de emprego, por meio de uma revisão de literatura, de caráter narrativo.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão de literatura, onde conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013) é definida como uma busca, por meio das bases científicas, de publicações sobre determinado assunto. Essas informações logo em seguida são analisadas e extraídas, buscando assim a resolução da questão levantada perante a investigação.

Para isso, o lócus da investigação incluiu a busca nas seguintes bibliotecas virtuais: Google Acadêmico, Scielo, PePSIC e BVS Brasil. Para isto, foram elegidos os seguintes descritores para a pesquisa: LGBTQI+, trabalho, empregabilidade, empreendedorismo e mercado de trabalho. Os critérios adotados para esta procura consistiam em estudos que abrangiam o período de 2016 à 2020, em língua portuguesa. Essas publicações se caracterizam como artigos originais, monografias, dissertações e teses. E os critérios de exclusão: escritos classificados como artigos de opinião, resenhas e resumos publicados em anais.

A pesquisa ocorreu dentre os meses de agosto a outubro de 2020, onde após a fase de construção dos objetivos e busca das publicações foram escolhidas quinze referências. A fundamentação teórica adotada visou utilizar autores que trabalham com a questão de gênero como Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e Berenice Bento. Esses autores serviram de base para a produção da análise dos resultados. Para facilitar o entendimento e melhor compreensão dos achados desta apuração, foram construídas duas categorias de exposição, realizando convites a reflexões.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa evidenciou um maior número de publicações perante o intervalo de tempo definido como critério. Esses estudos demonstram um maior interesse na literatura pela temática, além de colaborar com os movimentos históricos as quais a comunidade LGBTQI+ brasileira vivenciam em sua prática enquanto luta e articulação pela prática dos seus direitos. Os trabalhos ainda revelam o foco de interesse pelo tema nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, bem como pela Educação. Ainda assim, é possível encontrar achados nas Ciências da Saúde, mostrando a importância de tratar questões que são inerentes a esses sujeitos, garantindo seu bem estar físico.

Pensando nisso, este estudo buscou distribuir os resultados e análises dos mesmos em duas categorias distintas, apresentadas a seguir.

### 3.1 PRIVILÉGIOS ATÉ AQUI? O CRIVO DA SOCIEDADE NA POPULAÇÃO LGBTQI+

Como relatado anteriormente, sujeitos LGBTQI+ sempre sofreram inúmeras discriminações e ameaças a própria existência ao longo do tempo. Os episódios bárbaros fizeram muitas dessas pessoas esconderem sua própria orientação sexual.

Souza et al., (2020) relatam sobre as práticas discriminatórias existentes nas organizações. Por máximo que essas empresas não aleguem escancaradamente, existem formas sutis e agressivas de modo a promover a exclusão dessa população. Muitas dessas atitudes e ações chegam até mesmo em processos seletivos, o que fazem essas pessoas repensarem sobre o porquê de não conseguirem a determinada vaga.

Este fato incita a uma subordinação a cerca das amarras do preconceito. Deste modo, cada um vive sua sexualidade de maneira privada, uma vez em que se reitera o receio de perder a oportunidade trabalhista. Os aspectos excludentes desta situação coloca essa população fora do mercado de trabalho formal. Os estigmas sobre como a sexualidade afeta a capacidade teórico-prática do sujeito parece ser algo surreal, entretanto, presente nas empresas e demais meios trabalhistas (SOUZA et al., 2020).

Dentro do ambiente organizacional podem surgir situações constrangedoras e violentas, caracterizadas como assédio. Conforme Alencar, Santos e Melo (2018) situações desse tipo se repetem, de maneira a ridicularizar e agredir indivíduos por conta do seu gênero e/ou sexualidade. Muitos desses exemplos são silenciados, onde acabam gerando um ambiente extremamente adoecedor. Desse modo, o que se encontra em perigo perpassa além da integridade dos sujeitos, assim como a saúde mental. As práticas visam ridicularizar, zombar e menosprezar, constatando não apenas a LGBTfobia como demais mecanismos repressores, como o machismo, sexismo e afins.

As próprias oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, advindos da educação formal, são ainda inacessíveis a esse grupo social. Souza (2018) explica um pouco sobre essas barreiras encontradas:

As dificuldades de acesso a educação universitária, profissionalização e o ingresso no mercado de trabalho formal expõe diariamente pessoas a situações de violência, violação de direitos e marginalização social. O relatório do Disque 100 apontam que o maior número de denúncias de casos de LGBTfobia procedem de violência psicológica (ameaças, humilhação e bullying), seguida por crimes de discriminação por conta da orientação sexual ou identidade de gênero de um indivíduo, especialmente no trabalho (SOUZA, 2018, p. 3).

Aqui é possível compreender um espaço de privilégios, pois nem todos conseguem ter acesso a instituições de ensino. Cada vez mais é comum o abandono e desistência desses indivíduos do âmbito escolar. Em sua grande margem, marcados pelo adoecimento ocasionado por atitudes preconceituosas. Martins et al., (2020) advertem para uma reflexão sobre este assunto. Muitas vezes a intolerância parte por todos os lados: funcionários, alunos, professores e afins. É necessário portanto, as escolas repensarem seu papel transformador, levando não apenas a uma educação formal, mas um aprendizado de valores éticos e acima de tudo humanos.

Entretanto, pensando em uma parte desta questão, nota-se a presença de uma camada específica. Homens cisgênero, gays e brancos parecem passar e/ou conseguir superar esta realidade de maneira mais cômoda. Zanin, Ferreira e Ribeiro (2019), por exemplo, relatam que este perfil não aparentam grandes problemas para

arranjar algum ofício. O machismo pode ser uma das alternativas que expliquem este episódio, pois juntamente com a falta de traços considerados “femininos”, este perfil aparentemente passa “despercebido” pela sociedade. Sendo como mais um entre tantos, não existe um resquício sequer de sua sexualidade.

Moura, Nascimento e Barros (2017) descrevem o quão gays afeminadas padecem de discriminações dentro das organizações. Isto claro, é reflexo do próprio preconceito oriundo da sociedade. Dessa maneira, é bastante comum sua invisibilização dentro destes espaços e até mesmo na literatura atual. O que leva a crer nas especificidades dentro de uma camada vulnerável e social. De fato, existem mais crivos exigentes para estes sujeitos, garantindo sua não empregabilidade.

Paul B. Preciado (2014) comenta sobre como os corpos são demarcados socialmente, distinguindo bem a concepção e funcionalidade do que é reservado ao masculino e ao feminino:

A natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade. O sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação do corpo: recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva e motriz (visual, tátil, olfativa...) que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual (PRECIADO, 2014, p. 25).

Entendendo como até os corpos representam simbologia dentro desse padrão social fica claro o quão pessoas que fogem dessa margem são excluídas de alguma forma. Inclusive, a sua própria aparência pode ser um ponto negativo a sua busca por empregabilidade. Certamente, um acessório ou até mesmo um corte de cabelo, representando não apenas sua identidade como sua subjetividade, se torna um ameaçador ao conservadorismo das organizações.

É bastante comum no ambiente publicitário e empreendedor observar marketing de empresas abordando a diversidade. Silva (2018) aponta essa estratégia como uma alternativa de muitas firmas e companhias, onde buscam por meio de peças publicitárias, declarar o apoio a causas ligadas, por exemplo a população que se reconheça LGBTQI+. Entretanto, essas práticas costumam ir para além do discurso?

Apoiar a (r)existência a diversidade no ambiente de trabalho vai para além do quadro de funcionários. Observando este aspecto já é possível testemunhar um número muito pequeno, chegando em alguns lugares a serem quase nulo de funcionários LGBTQI+. Isso muitas vezes se justifica por conta do clima organizacional, a qual não oferta políticas de inclusão onde essas pessoas poderiam estar ocupando vagas no mercado de trabalho formal. Então, é preciso repensar o que justifica essa falta de ações e iniciativas (FARIA, 2020).

Os autores destes trabalhos escolhidos para este estudo, apontam para uma alternativa óbvia: o apoio a diversidade. Dantas e Gomes Filho (2019) contam em sua publicação sobre os benefícios de se pensar em uma empresa a qual não só reforça como propicia a construção de políticas de inclusão de gênero e raça. Pensar nessas

novas oportunidades é estar atento as novas configurações sociais e culturais de um povo. Ressaltando o direito a individualidade de cada ser.

A repressão ao que pode ser considerado como novo é subjetivo. É intrínseco de cada sujeito, portanto, é uma forma de vivência única. Até dentro dessa experiência humana fica afirmado o poder social em aspectos da sexualidade. Como afirma Foucault (2014) a ótica da prática do desejo pode ser permissível para uns, e para outros não. Ou seja, existe um mecanismo de poder a qual apresenta julgamentos distintos a sujeitos que experienciam uma mesma história.

Pensar nisso é compreender o que a literatura achada nesta investigação apresenta enquanto crivo social da sexualidade. Por máximo que existam questões as quais apresentam a falta de oportunidades em empregabilidade, nem todos as pessoas LGBTQI+ passam pela mesma experimentação. Sendo mais objetivos, não existe apenas uma característica ligada a identidade e gênero e orientação sexual a qual impede o acesso a uma carreira laboral. Existem outros marcadores sociais, biológicos e raciais onde necessitam de atenção nesta análise.

### 3.2 UMA EXCLUSÃO AINDA MAIOR DE UMA PARTE DA BANDEIRA

Até aqui o estudo apresentou variantes importantes na busca de emprego de indivíduos LGBTQI+. O acesso não se torna universal, mesmo em comparativo de pessoas da mesma comunidade. Já nesta altura do texto, a análise apresenta mais dados e uma maior e violenta discrepância neste cenário. Quando se fala da sigla da diversidade, algumas delas aparentemente apresentam mais visibilidade do que outras.

Travestis e transexuais estarão no centro da discussão deste tópico, entretanto não apresentando uma realidade positiva. Essa parte da comunidade se encontra a margem da sociedade, excluída de muitos segmentos sociais. Silva (2020) comenta sobre o alto grau de vulnerabilidade a qual essas pessoas se encontram, necessitando muitas vezes realizar atividades de trabalho em condições sub humanas. Nesse momento surge a prostituição como única alternativa possível de trabalho e renda.

Conforme Bento (2018) existe uma espécie de poder acerca dos corpos, principalmente de sujeitos vulnerabilizados como pessoas trans e travestis. É dada a largada então entre o conflito do subjetivo e o coletivo, onde a sociedade estabelece e se faz como uma cumpridora de regras e imposições. Em contra partida, essas pessoas buscam apenas uma valorização própria, indo em busca de suas realizações e desejos. A grande questão paira agora sobre estas linhas: esta guerra deveria existir?

Souza e Prado (2019) já advertem para este cenário de violência, caracterizado pela própria afirmação da sua identidade enquanto trans e/ou travesti:

Entendemos aqui o efeito de uma performatividade em relação à naturalização da violência no que diz respeito aos corpos travestis e trans. Consideramos que a abjeção opera nesse processo em consonância com a performatividade e que num contexto

cisheteronormativo, corpos travestis e trans ocupam lugar de abjeção na performatividade de gênero (SOUZA; PRADO, 2019, p. 63).

É evidente a falta de oportunidades para esta camada específica da população alvo deste trabalho. Seu próprio ser vai ao confronto ao conservadorismo e o falso moralismo social existente. Falso, pois César, Santos e Silva (2019) confirmam que o “...*Brasil é o país que mais consome pornografia com pessoas trans\* e também o que mais mata pessoas trans\**.” (p. 583). Essa situação apresenta um paradoxo em relação a uma espécie de interesse em obtenção do desejo humano e a falta de empatia perante a valorização dos direitos dessa população.

Especificamente a população trans e travesti apresenta a maior porcentagem de fuga do ambiente escolar, o que acaba por colocar essas pessoas em situações de marginalidade. A própria falta de cuidados em saúde também é um fator preocupante e alarmante (SILVA; LUPPI; VERAS, 2020). Apenas estes pontos por si mesmos relatam uma grande dificuldade dessas pessoas em possuir uma formação que as capacitem para a inserção em empresas e demais locais de trabalho.

Mulheres trans e travestis estão no alto escalão da violência e da falta de oportunidades. O que pode parecer uma coincidência, não é. Butler (2003) discorre sobre os papéis de gênero nas sociedades. Historicamente o patriarcado construiu um império de poder em diversas esferas. Ficou então a cargo da mulher a submissão sobre certas atitudes e comportamentos que são aceitáveis ou não. Inclusive, esse crivo moral advém desse poder machista. Sendo assim, as possíveis “transgressões” são reprimidas diante autoridade masculina. As raízes dessa violência persistem até os dias atuais. É necessário refletir sobre essas organizações de controle, e o quanto as minorias são fragilizadas por conta disso.

É essa violência que estigmatiza, exclui e mata. As próprias identidades são colocadas como empecilhos diante de uma contratação trabalhista. Seu vestuário, modos, comportamentos são julgados de maneira implacável e cruel. Nesse sentido, fica evidente não observar trans e travestis em etapas de processos seletivos. O olhar é o primeiro teste a qual precisam se submeter, sendo em sua grande maioria a primeira e única fase de participação. O desemprego, portanto, se torna crescente cada vez mais dentro dessa especificidade da população LGBTQI+ (SILVA; LUNA, 2019).

Pensar em alternativas que mudem este cenário ainda é difícil no Brasil. A atual frente de governo, creditada em aspectos como o conservadorismo, pouco demonstra interesse em providenciar políticas públicas e garantias da efetivação das mesmas. A ausência do poder público não só deixa cidadãos brasileiras jogados a própria sorte, como também serve de um espelho para com a sociedade. A exclusão, portanto, advém de todos os lados e de todas as instâncias. É possível que os leitores caracterizem estas linhas como um beco sem saída, entretanto esta percepção é verdadeira e vivenciada.

Das poucas iniciativas dispostas na literatura esta investigação encontra um exemplo narrado por Pedra et al., (2018). Os autores relatam um programa elaborado pela prefeitura da cidade de São Paulo, onde buscam promover um melhor acesso de travestis e transexuais a direitos básicos como saúde, educação e renda. Por máximo que seja uma iniciativa inovadora (e até mesmo recente do ponto de vista do intervalo

de tempo da publicação), ainda requeria uma melhor análise para compreensão dos objetivos atingidos e possíveis dificuldades encontradas neste processo.

No campo da educação existem algumas vitórias quanto a isso. Notou-se ao longo do tempo a adesão em universidades públicas brasileiras a construção de cotas para pessoas trans e travestis. Desse modo, esta iniciativa garante lugar de existência e resistência dessas pessoas no nível superior. Uma chance, oportunidade a qual é negada diariamente a muitas. Ainda assim, este trabalho ainda é lento, pois esta mesma política não consegue alcançar a todos os envolvidos, além dos constantes dificuldades para sua, inclusive, manutenção no espaço acadêmico. A luta, definitivamente não está ganha (RIBEIRO, 2020).

Neste ponto de análise a literatura não se engana, apenas consiste na realidade diária e política deste país. Carência de ações inclusivas (e de direitos, vale a pena recordar novamente) refletem o descaso e o preconceito de um país diverso, miscigenado e plural. Ainda existem poucos representantes LGBTQI+ em cargos governamentais para incitar uma revolução neste quadro. As poucas que conseguem este lugar ainda necessitam de força e resiliência para (r)existir: *“Casa de covereadora negra e travesti é alvo de tiros em SP, diz bancada feminista do PSOL”* (TOMAZ, 2021).

Ainda que muitas consigam a base de muita luta e enfrentamento diário das adversidades, a formação acadêmica ainda não garantem para trans e travestis a empregabilidade. É o que apresenta Batista et al., (2020):

O mercado de trabalho torna-se restrito para as mulheres transexuais e travestis devido fortemente aos preconceitos. Mesmo quando elas têm alguma capacitação profissional, as organizações tendem a não contratar essa população e quando contratam não há uma estrutura para combater os preconceitos e as discriminações praticadas pelos funcionários da empresa contra elas (BATISTA et al., 2020, p. 158).

A falha deste sistema de políticas públicas brasileiro, além das questões já mencionadas anteriormente por aqui, permitem o não acesso a novas oportunidades de emprego. Privilégios, machismos, preconceitos e afins são elementos enraizados nesta cultura social, a qual coloca transexuais e travestis no mundo da prostituição e demais vulnerabilidades. Então, de fato, não se pode reduzir galgar outros projetos de vida e o “querer” apenas não basta. Sim, o conceito de meritocracia cai por terra ao longo das linhas deste estudo.

Enquanto o país ainda aguarda por cenários mais inclusivos o conservadorismo presente na atual gestão pública dá passos de retrocesso. São pessoas as quais compreendem o quão sujeitos LGBTQI+ podem contribuir com mais equidade, universalidade e exemplo de representatividade. Isso constitui em tudo o que essa classe burguesa, machista, sexista, misógena, patriarcal, lgbtfóbica, racista deseja. Resta saber até quando isso permanecerá para eles.



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim deste trabalho pode indicar muitas coisas e ao mesmo tempo nada. O crescente aumento da literatura de um problema social cotidiano seguem ocorrendo Brasil a fora, enquanto estas linhas são escritas e lidas, posteriormente. Apesar dos bons períodos e lutas as quais a história vivenciou, ainda existem discursos tão obscuros quanto o passado. É assim que persistem geração em geração a discriminação de gênero e os ataques covardes e cruéis de violência para com estes indivíduos.

Se não bastasse os horrores vividos por quem sofre preconceito, estas pessoas parecem sempre dar de cara a vários obstáculos. Muitos deles garantem sua sobrevivência e existência, entretanto, boa parte é negada pela sociedade. É neste armário que surge os adoecimentos, um pouco de segurança e o pesar. Pesar este que significa a exclusão ao estudo, trabalho e realização de desejos pessoais. É óbvio lembrar que nem todas as pessoas se encontrarão na descrição das linhas anteriores.

É necessário a luta e as mãos de todos, para continuar levantando a bandeira e permitir o empoderamento e protagonismo de todos. Até porque, nesta sigla existem muitas possibilidades.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. P.; SANTOS, N. C. G.; MELO, M. Â. S. Assédio Moral de LGBT no âmbito Organizacional. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 12, n. 40, p. 413-442, 2018.
- ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.
- BATISTA, S. M. et al. JORNADA TRANS: Um Estudo Acerca da Trajetória de Travestis e Mulheres Transexuais no Mercado de Trabalho do Recife. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 15, n. 2, p. 144-166, 2020.
- BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos pagu**, n. 53, 2018.
- BRASIL. OLIVEIRA, J. M. D. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** – Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CATAO, M. Ó et al. DA EXCLUSÃO SOCIAL AOS DIREITOS DE CIDADANIA: PERCURSOS E PERCALÇOS DA POPULAÇÃO LGBT DE CAMPINA GRANDE–PB. **Dat@ venia**, v. 7, n. 1, p. 05-30, 2017.
- CÉSAR, M. R. A.; SANTOS, D. B. C.; SILVA, A. Narrativas trans: docência e prostituição. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 4, n. 11, p. 573-589, 2019.

- DANTAS, J. V. D.; GOMES FILHO, A. S. Diversidade de Gênero no Mercado de Trabalho/Gender Diversity in the Labor Market. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 13, n. 48, p. 26-39, 2019.
- FARIA, E. O. **Desafios da empregabilidade de LGBT's na percepção de gestores na cidade de Araguaína - TO**. 2016. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Tecnologia em Logística, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: A vontade de saber (Vol. 1)**. 9ª edição – Paz & Terra, 2014.
- FRANÇA, A. N. M.; SILVA, S. G. AA trajetória política do sujeito homossexual na luta por direitos. **Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 04, p. 124-146, 2018.
- MARTINS, J. G. B. A. et al. Enfrentamentos ao bullying homofóbico na escola: convite para uma reflexão. **Temporalidades**, v. 12, n. 1, p. 681-701, 2020.
- MOURA, R. G. de.; NASCIMENTO, R. P.; BARROS, D. F. O problema não é ser gay, é ser feminino: O gay afeminado e as organizações. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 11, p. 1478-1541, 2017.
- PEDRA, C. B.; SOUZA, E. C.; RODRIGUES, R. V. A.; SILVA, T. S. A. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INSERÇÃO SOCIAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA “TRANSCIDADANIA”. **Revista de Ciências do Estado**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2018.
- PRADO, E. A. J.; SOUSA, M. F. Políticas públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p. ág. 69-80, 2017.
- PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual** / Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. – São Paulo, 2014.
- REZENDE, A. L. **Falta de oportunidade de trabalho e empreendedorismo: uma realidade de população LGBTQIA+ da cidade de Uberlândia-MG?**. 2020. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- RIBEIRO, B. J. **Destinação de cotas para pessoas trans em Universidades Públicas: Percepções de transgêneros, travestis e transexuais participantes da Associação LGBTTI da Associação dos Municípios da região da Laguna (AMUREL)**. 2020. 72 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2020.
- SILVA, A. S.; LUNA, M. S. Travestis e transexuais e sua inserção no mercado formal de trabalho. **Cad. Gên. Tecnol., Curitiba**, v.12, n. 39, p. 303-318, jan./jun. 2019.
- SILVA, L. V. D. **O reposicionamento de marca da Skol no Brasil: uma análise da incorporação da causa LGBT no marketing**. 2018. 48 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- SILVA, M. A.; LUPPI, C. G.; VERAS, M. A. S. M. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1723-1734, 2020.

SILVA, P. H. A. **TRAVESTIS, PESSOAS TRANSEXUAIS E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO: A EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO TRABALHO DE UMA POPULAÇÃO (AINDA) MARGINALIZADA. 2020. 27f.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juíz de For a, 2020.

SOUZA, A. K. C. et al. “Bota a Cara no Sol”: O Silêncio e a Resistência na Empregabilidade LGBT. **Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão**, v. 4, n. 1, p. 1-22, 2020.

SOUZA, M. N. M. BREVES APONTAMENTOS ACERCA DA MARGINALIZAÇÃO E BAIXA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO LGBT: reflexões sobre intolerância em organizações e discriminação no mercado de trabalho. **Revista UniFCV Empresarial**, v. 10, 2019.

SOUZA, M.; PRADO, M. O. Violências, mulheres travestis, mulheres trans: problematizando binarismos, hierarquias e naturalizações. **Revista Polis e Psique**, v. 9, n. 2, p. 45-66, 2019.

TOMAZ, K. Casa de covereadora negra e travesti é alvo de tiros em SP, diz bancada feminista do PSOL. **G1 – O portal de notícias da Globo**. Janeiro de 2021.

ZANIN, H. S.; FERREIRA, L. S.; RIBEIRO, L. P. Ingresso e Permanência no Trabalho e Emprego por Sujeitos LGBT+ em Belo Horizonte, Brasil/Access to and Continuation of Work and Employment by LGBT+ People in Belo Horizonte, Brazil. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 13, n. 44, p. 460-474, 2019.